

42º Encontro Anual da Anpocs

SPG 26: Movimentos sociais e suas interações com o Estado: conflitos, instituições e efeitos

A Agência dos Subalternos da Costura Brasileira e Argentina

José Guirado Neto

2018

A Agência dos Subalternos da Costura Brasileira e Argentina

José Guirado Neto¹

Introdução

Como parte de um processo mais amplo de rearranjo no regime de acumulação capitalista, a indústria do vestuário, acompanhada de perto de outras indústrias, reestruturou sua produção globalmente a partir da década de 1970 (BONACICH, APPELBAUM, 2000). A alteração dos métodos e das escalas produtivas do setor, que teve como seu combustível as políticas neoliberais encampadas por governos nacionais, redundou em uma “obstaculização” da organização dos trabalhadores da costura por meio da forma sindical e uma degeneração das já precárias relações e condições de trabalho no chão de fábrica das oficinas de confecção.

Todavia, diferente do que poderia se esperar, mesmo em meio a esse cenário internacional adverso à agência dos elos subalternos da cadeia do vestuário, pulularam em diferentes partes do globo organizações coletivas de costureiros e donos de pequenas oficinas de confecção à margem dos sindicatos. Com o tempo, muitas delas se uniram a outras entidades e, em alguns casos, juntas, suas ações se transformaram em verdadeiros movimentos sociais (MS) detentores de bandeiras, que vão desde o trabalho digno até o entrecruzamento das práticas migratórias, dos direitos humanos e de cidadania e da construção de novas políticas públicas. Esse foi o caso da Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (Assempbol), da Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção (Coebiveco) – que atuam na cidade de São Paulo – e da Alameda – que opera na capital argentina, Buenos Aires.

Nesse sentido, este *paper* se propõe a comparar brevemente a formação, a delimitação identitária, a caracterização das redes sociais e as dinâmicas de ação coletiva destes três grupos. A intenção central de apresentarmos tais questões é verificarmos as potencialidades do que aqui chamados “movimentos sociais de baixo” esculpirem um espaço para a acomodação de seus interesses no interior das sociedades civis e dos estados brasileiro e argentino. Para tanto, teoricamente, estear-nos-emos na concepção de

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

subalternidade de Antônio Gramsci e, assim, tomar-nos-emos as ações coletivas organizadas persistentes e propositivas de grupos subalternos, como é o caso das três coletividades que foram sinteticamente apresentadas e de suas organizações parceiras, como movimentos sociais de baixo.

Contudo, antes de adentrarmos nas questões mais empíricas, tomemos como ponto de partida as diretrizes teóricas que norteiam este artigo.

1. A teoria dos movimentos sociais repensada a luz da noção gramsciana de subalternidade

Há muito se afirma que o interesse pela teoria do ativismo social não se restringe aos membros da academia, já que a produção de conhecimento é parte essencial também da prática dos movimentos sociais (MS) (Eyerman e Jamison, 1991; Nilsen, 2009, Nilsen e Cox, 2014). Entretanto, nomes como Flacks (2004), Bebbington e Dixon (2005), Nilsen (2009) foram contundentes ao afirmar que o *mainstream* teórico da Sociologia dos Movimentos são de pouca utilidade aos movimentos sociais que buscam alterações das estruturas sociais. Assim, para eles a Teoria dos Movimentos Sociais (TMS) deveria ser repensada levando em conta a sua utilidade tanto para pesquisadores como para ativistas dos MS.

Em linha similar, propomos aqui uma TMS norteada pelos fundamentos da ciência reflexiva que considera centralmente duas questões básicas: *para quê e para quem* fazemos ciência? Reconhecer a impossibilidade da neutralidade epistemológica é o primeiro passo para pensarmos em uma TMS engajada que, por um lado, não perde de vista sua obrigação de busca da objetividade e todos os compromissos éticos que ela pressupõe, mas que também, por outro, reconhece as limitações próprias do investigador e expõe suas reais aspirações políticas e direcionamentos morais (BRAGA e SANTANA, 2009). Cabe a nós, agora, delinear os principais contornos de uma teoria dos movimentos sociais que intenta religar o conhecimento acadêmico com o conhecimento ativista e a prática acadêmica com as ações de rua.

Sendo assim, nosso ponto de partida será o resgate da categoria “subalterno”, proposta pelo italiano Antônio Gramsci. Ela nos servirá de arrimo conceitual para transpor duas insuficiências capitais da Teoria do Processo Político (TPP) e da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), a saber, na primeira, a falta de um vínculo forte entre cultura

e mobilização política (JASPER, 1997) e, na segunda, a visão essencialmente fragmentária dos movimentos sociais que redundava em uma ausência de um elemento explicativo capaz de reenlaçá-los em uma perspectiva de totalidade (COX, 1995, 1997).

Durante os anos em que permaneceu encarcerado, Gramsci burilou e ampliou as acepções do termo subalterno, mas em todas elas sempre considerou a dificuldade e a necessidade da união dos subalternos em prol da unificação do gênero humano. Guido Liguori (2011) aponta três acepções mais acabadas no conjunto dos escritos gramscianos. A primeira é utilizada para designar as camadas da população desagregadas, marginais politicamente e culturalmente, pois, para Gramsci, os grupos subalternos estariam à margem da história dominante, apesar de possuírem notória possibilidade de se politizarem e se organizarem. O campesinato era o principal representante dessa acepção em seu tempo. A segunda, refere-se ao proletariado industrial avançado. Exceção à regra dentre os subalternos, era ele, no início do século XX, na porção setentrional da Itália, politicamente organizado, chegando a propor a criação de uma forma democrática própria, além de ter iniciado não apenas um processo contra hegemônico, mas também ter lançado um “desafio hegemônico” a favor da conquista hegemônica em seu país. A última – e de menor frequência em seus escritos – é utilizada para designar sujeitos individuais quanto às suas colocações sociais e em relação aos seus limites culturais.

Hoje podemos expandir a noção de grupos subalternos, como explica Cox e Nilsen (2014): Eles são “pessoas da classe trabalhadora, mulheres, minorias raciais e étnicas, gays e lésbicas, povos indígenas e outros - que não detêm o poder, possuem os 'meios de produção intelectual' ou beneficiam-se do alto status cultural (p.5). De qualquer forma, em todos esses casos, é importante evidenciar que o conceito de classes ou grupos subalternos não aparece em oposição direta ao de classe ou grupo hegemônico, mas ao de classe ou grupo dominante já que, no entendimento gramsciano, hegemonia é uma função exercida pela(s) (e própria da[s]) classe(s) dominante(s). Isso refletirá na definição dos movimentos sociais apresentadas a seguir.

Dito isso, consideraremos as ações coletivas, públicas, persistentes e propositivas dos grupos subalternos como *movimentos sociais de baixo*, ao passo que as dos dominantes, *movimentos sociais de cima* (NILSEN, 2009). Além do fato de seus componentes pertencerem a posições sociais dissemelhantes, outra diferença separa os dois movimentos. Os movimentos de cima procuram organizar múltiplas formas de atividade especializadas

em torno de uma racionalidade oriunda dos grupos dominantes que busca sempre a manutenção ou a modificação de uma estrutura social de tal sorte que se logre manter ou se estender o seu poder e sua posição hegemônica em determinada sociedade. Já os movimentos de baixo, principal foco desta tese, têm as suas formas de atividade especializadas gestadas *localmente* por grupos subalternos e emergem, em sua maioria, como respostas a situações de violações e restrições do desenvolvimento e da satisfação das capacidades e necessidades humanas. Dessa maneira, os subalternos, mesmo inseridos em contextos restritivos e adversos, contariam com uma capacidade contingente de desenvolvimento em formas de ação coletivas mais amplas e radicais. No entanto, além de terem como finalidade esse desafio às restrições impostas por uma estrutura dominante, eles também podem, em situações específicas, ter a defesa de certos aspectos da estrutura dominante que atendam a certas necessidades e capacidades específicas suas como objetivo. Em outras palavras, os subalternos poderiam em situações especiais militar a favor de causas que são originalmente dos dominantes.

2. O desigual e combinado na costura e os seus subalternos

Apresentado esse pequeno aporte teórico, passemos a analisar agora como a conformação internacional da indústria do vestuário criou as condições ideais para a expansão de um gigantesco contingente de trabalhadores informais e de pequenas oficinas de confecção irregulares em diferentes partes do globo.

Historicamente, a cadeia do vestuário possui uma característica fundamental que se repetiu em diversas regiões e que ora, em meio à facilidade de realocação produtiva, ganhou renovada potência: referimo-nos a sua demanda, que se traduz em uma quase dependência, por trabalhadores subalternos, ou em outras palavras, por uma força de trabalho barata, abundante e preferencialmente não sindicalizada (GREEN, 1997). Assim, porque normalmente se encaixavam em tais especificações, mulheres e imigrantes têm sido sistematicamente utilizados nos chãos de fábrica dessa indústria desde o início da era moderna. Entretanto, com a integração desigual dos países na economia global e o um número crescente de indivíduos em situação de vulnerabilidade social que buscam oportunidades empregatícias em localidades diferentes daquelas em que nasceram, a costura atingiu um novo patamar de precarização laboral.

Podemos afirmar com segurança que a indústria do vestuário se desenvolveu em cada região do globo mediante características próprias, porém, grosso modo, o resultado prático da reestruturação produtiva para os trabalhadores do setor foi o mesmo: aumento da informalidade, perda de poder de barganha, encolhimento dos sindicatos de sua categoria e queda nos padrões de saúde e segurança no ambiente de trabalho. Todos estes fatores somados estimularam a formação de novas formas de organização coletiva a margem dos sindicatos, mas isso discutiremos mais à frente.

Ainda sobre a costura, para baratearem seus custos produtivos, grandes marcas da Europa Ocidental transferiram toda a parte produtiva intensiva de suas roupas para países onde os sindicatos da costura são frágeis e a oferta de força de trabalho é farta, como é o caso dos países do leste do continente², mediante o sistema conhecido como Outward Processing Trading (OPT)³ (CCC, 2017), ou de Bangalore, na Índia, onde as roupas são fabricadas integralmente e os escritórios destas marcas instalados in loco realizam o controle de qualidade a posteriori (RAY e PEEPERCAMP, 2018). Nos países em que a indústria da costura destina-se primordialmente ao fornecimento do mercado interno – quer seja onde a costura “ressurgiu” nos últimos anos, como em Leicester (no Reino Unido) (Hammer, N. et al, 2015); quer seja onde simplesmente ela nunca deixou de existir, como na Califórnia (nos EUA) (BONACICH; APPELBAUM, 2000), em São Paulo (no Brasil) (GIURADO, 2014) ou em Buenos Aires (na Argentina) (MONTERO, 2016) – a precarização do trabalho igualmente se aprofundou. Enquanto em Bangalore e nos países do leste europeu a produção de roupas apoiou-se em um enorme contingente populacional nativo pauperizado e desempregado, em Leicester, Califórnia, São Paulo e Buenos Aires ela contou com uma grande presença de imigrantes indocumentados⁴.

² Dentre eles Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Geórgia, Hungria, Macedônia, Moldávia, Polônia, República Checa, Romênia, Servia e Ucrânia

³ Um Outward Processing Trade (OPT) é um tipo específico de produção no qual uma empresa entrega pré-produtos semi-acabados no exterior e os produz no país. Em seguida, reimporta os produtos acabados para comercializá-los no mercado interno. Dessa forma, etapas de produção intensivas em mão-de-obra podem ser transferidas para países onde os custos de mão-de-obra são baixos, enquanto o desenvolvimento, o marketing e outras operações permanecem no país de origem da empresa.

⁴ Em Leicester, os imigrantes mais frequentes na costura são os Paquistaneses e os Indianos; na Califórnia, os latino-americanos; em São Paulo como em Buenos Aires, os Bolivianos e os Paraguaiois

Como veremos, foi justamente entre os elos mais precarizados da cadeia produtiva da costura – trabalhadores e pequenos donos de confecção da costura – que surgiram os três grupos que serão abordados a seguir neste *paper*

3. Os três grupos subalternos da costura de São Paulo e de Buenos Aires:

3.1A Assempbol e a Coebiveco: as coletividades de donos de pequenas oficinas

Os bairros do Brás, da Mooca e do Belenzinho de São Paulo, que outrora ficaram conhecidos por serem redutos italianos, hoje abrigam a maioria dos imigrantes sul-americanos que vivem na cidade, sobretudo, bolivianos que trabalham no ramo da costura. Nesse sentido, a Rua Coimbra, onde acontece uma feira cultural desde 1999, tornou-se o principal ponto de sociabilidade desses imigrantes em São Paulo, posto que, até pouco tempo atrás, era ocupado pela Praça Kantuta, no bairro do Pari.

Foi por conta de certos problemas que envolviam a todos os comerciante imigrantes do local – como a falta de segurança, a sujeira e a necessidade de regularização da feira – que no início dos anos 2000 nasceu a Associação de Moradores Bolivianos da Rua Coimbra (AMRC), que mais tarde, em 2011, tornar-se-ia a Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra (ASSEMPBOL). Embora a feira da Rua Coimbra exista há aproximadamente dezoito anos, a organização de bairro somente se tornou uma associação de pequenos empreendedores (como gostam de serem lembrados), principalmente, mas não somente, da área da costura no ano de 2012. Nesse momento, a organização ainda atuava irregularmente e possuía mais de cem integrantes. Hoje, já formalizada, esse número ultrapassa cento e cinquenta.

A motivação da formação da segunda coletividade de donos de oficinas, a Cooperativa de Empreendedores Bolivianos da Costura (COEBIVECO), é parecida com a da ASSEMPBOL: fortalecer os interesses dos imigrantes bolivianos que atuavam principalmente na costura em espaço determinado da cidade de São Paulo.

Dessa maneira, a Coebiveco foi criada por fabricantes e comerciantes da costura da Feirinha da Madrugada, onde são vendidos acessórios, roupas, bolsas, e artigos de perfumaria. Ali, reúnem-se centenas de imigrantes que confeccionam e vendem roupas. De acordo com o presidente da Coebiveco, Cesár Coila, a existência de espaços como os da feira são vitais a uma parcela significativa dos imigrantes que se dedica à costura, pois proporcionam a venda direta, sem qualquer intermediário entre o produtor e o cliente. O

espaço da feirinha e a convivência já haviam proporcionado o ensejo para a transformação dos vínculos sociais/relacionais em uma organização quando a gestão de Gilberto Kassab na prefeitura de São Paulo investiu com vendedores de rua. Ali surgiu a ideia da criação de uma cooperativa que reunisse aqueles que trabalham com a confecção e a comercialização de roupas na região da feirinha da madrugada⁵. O objetivo inicial, nesse sentido, era organizar essa população em uma associação informal, a fim de fortalecer as suas reivindicações junto ao poder público. Rapidamente a associação se tornou uma cooperativa de venda que tinha como meta principal a compra de um espaço próprio onde os costureiros pudessem vender suas mercadorias.

Há, como se pode notar, diversas semelhanças entre estes dois agrupamentos já que i) ambos são formados por imigrantes, ii) o núcleo duro das reivindicações deles gravita em torno de questões ligadas à venda de produtos fabricados por eles, iii) atualmente, com a inclusão da pauta dos DHs e dos direitos políticos, a Assempbol e Coebiveco passaram a compor uma mesma rede de relações interorganizacionais que conta com a presença, por exemplo, do CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Migrante), do CDHIC (Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante), do Projeto Si Yo Puedo, a mídia digital Bolívia Cultural, entre outros.

Como veremos a seguir, a criação da Alameda deu-se de um modo bastante adverso.

3.2 A Alameda: a coletividade de trabalhadores da costura

Sediada em Buenos Aires, a Alameda nasceu enquanto um desdobramento de uma das muitas assembleias de bairro que tomaram curso em Buenos Aires no final de 2001 e começo de 2002. Desde a sua criação, essa coletividade ganhou rápida notoriedade, sendo inclusive reconhecida pela ONU como uma entidade exemplar no combate ao trabalho escravo e infantil, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e também no auxílio a pessoas resgatadas de tais condições.

O que começou apenas com um refeitório comunitário, voltado ao atendimento de moradores de rua e ao crescente montante de desempregados do bairro, ramificou-se em: i) um centro comunitário, que abriga uma oficina de cerâmica, um centro de convivência do idoso, uma pequena biblioteca popular, uma sala de reforço escolar; ii) uma cooperativa

⁵ Como as oficinas citadas são pequenas, é comum que estes donos de confecção participem do processo produtivo ao lado de seus familiares e outros empregados contratados.

de produção de costura (nomeada 20 de Diciembre) que conta com uma marca nacional e uma internacional próprias, composta por imigrantes bolivianos resgatados de oficinas irregulares; *iii*) uma agremiação de trabalhadores têxteis (UTC – Unión de Trabajadores Costureros), que fornece atenção jurídica gratuita e assessoramento sindical; *iv*) uma fundação especializada em investigação e denúncia de crimes e irregularidades laborais, capacitação de outros movimentos sociais em tal temática, além de atenção às vítimas do tráfico internacional de pessoas, de exploração sexual e de trabalho escravo; e por fim *v*) um partido político, o Bién Comum, criado em 2014.

Desde seus primeiros anos de atuação, essa organização alcançou uma posição de destaque na sociedade civil portenha, sobretudo devido à repercussão midiática de seus performáticos atos contestatórios. Todavia, as entrevistas realizadas apontaram que a eleição de Gustavo Vera (presidente da Alameda) para o cargo de deputado da Cidade Autônoma de Buenos Aires reforçou a posição de centralidade da organização frente aos seus demais pares que integram as redes das quais a Alameda faz parte. A vitória de Vera abriu um novo e direto canal entre diversos movimentos sociais argentinos e o poder institucional. Deveras, uma vez na legislatura, Vera deu vazão às demandas relacionadas ao direito à moradia, ao combate à exploração laboral e sexual de diversas entidades da sociedade civil nacional, o que redundou, aliás, em significativas alterações legais.

4. A caracterização das redes dos subalternos

Em busca de conquistar adeptos às suas causas, fortalecer a luta em prol de seus objetivos e difundir suas visões de mundo, tanto os movimentos sociais de cima (aqueles compostos por grupos dominantes) como os de baixo (compostos por grupos subalternos) mobilizam os recursos que possuem.

Como os grupos subalternos não detêm o domínio sobre os aparelhos públicos de coerção e contam normalmente com uma disponibilidade financeira menor que a dos grupos dominantes, resta-lhes, na tentativa de contrabalancear esta desvantagem, lançar mãos de outros meios a seu favor. Assim, enquanto estruturas sociais *sui generis*⁶ que ligam indivíduos e organizações, que facilitam a circulação de informações, recursos, ideias e emoções, que viabilizam a construção de identidades e significados coletivamente

⁶ *Sui generis* pois são mais fluidas e por vezes menos perenes que a maioria das estruturas sociais e também devido a sua importância estratégica ímpar para os movimentos de baixo.

compartilhados, as redes sociais são aliadas poderosas dos movimentos sociais. Em síntese, alta potencialidade e acessibilidade tornam as redes um instrumento estratégico especialmente para os movimentos subalternos. No caso das três organizações que aqui investigamos, justamente por integrarem dois movimentos sociais de baixo, as redes ganham grande importância. Vejamos agora como as três organizações fizeram uso delas e quais são suas principais peculiaridades.

Dentro de um curto período de vida, os três grupos subalternos da costura já apresentavam redes de relações bastante desenvolvidas com inúmeras entidades da sociedade civil paulista e portenha e com elas passaram a realizar ações persistentes e propositivas em prol de questões variadas. Por essa razão, pudemos identificar que estávamos diante do surgimento de dois genuínos *movimentos sociais de baixo*. O brasileiro, que agrupa dentre outras organizações a Assempbol e a Coebiveco, foi apelidada por nós, devido às características que serão apresentadas mais adiante, de “Movimento-Pró-Imigrante”, enquanto o argentino, a que a Alameda faz parte, pelo mesmo motivo, apelidamos de “Movimento-Pró-Trabalho-Digno”. Começemos pelo primeiro.

Quando a Assempbol e a Coebiveco foram oficialmente criadas, respectivamente em 2012 e 2011, outras organizações bastante reconhecidas socialmente já militavam há algum tempo em favor dos imigrantes periféricos de São Paulo: este é o caso do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC) e do Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante (CAMI). Um dos serviços de maior relevância prestados de forma contínua por ambas é o de auxílio a regularização da situação migratória. Muitos imigrantes bolivianos da rua Coimbra e da Feirinha da Madrugada foram beneficiados por esse serviço e, sendo assim, quando da criação da Assempbol e da Coebiveco, já existia uma relação bastante amistosa entre os membros das quatro organizações. Aliás, a próprio processo de formalização da Assempbol e da Coebiveco contou com a mediação das duas ONGs junto ao poder público. Assim sendo, os laços de confiança e de solidariedade entre as quatro estabeleceram-se de maneira bastante fluída. Como resultado colateral, as duas organizações de imigrantes da costura de São Paulo passaram a se relacionar também com outras entidades que já faziam parte das redes sociais do CDHIC e do CAMI.

O traço mais marcante referente ao conteúdo ideológico circulante nas redes do movimento social de baixo brasileiro, diz respeito justamente à centralidade adotada à categoria “imigrante”. Diferente do movimento social argentino, que se voltou sobretudo

para o fortalecimento dos trabalhadores da costura, fossem eles imigrantes ou nativos, o Movimento-Pró-Imigrante concentrou-se peremptoriamente sobre todo o universo que integra a vida do imigrante na sociedade receptora a partir do prisma dos Direitos Humanos. Nessa esteira, os direitos laborais, por exemplo, foram reenquadrados em demandas por direitos humanos das “vítimas” da cadeia internacional do vestuário, qual sejam costureiros e pequenos donos de confecção. A preponderância discursiva da defesa de temas mais genéricos, vinculados aos Direitos Humanos sobre o núcleo duro dos Direitos Laborais dos agentes subalternos da costura, pode ser facilmente identificada quando realizamos um retrospecto acerca dos lemas centrais da Marcha do Imigrante⁷.

Dessa forma, ao invés de uma análise classista a respeito do trabalho em confecção na qual se considera os interesses comumente antagônicos de costureiros e donos de confecção, o movimento propôs uma abordagem alternativa, a da pacificação social entre as duas partes a partir de um traço alternativo comum: a condição de imigrante. Nesse sentido, a perspectiva adotada pelos representantes do CAMI e do CDHIC desloca a responsabilidade individual (ainda que residual) dos donos de confecção que desrespeitam a legislação trabalhista e repassam-na para outros agentes coletivos, normalmente entidades de grande porte, tais como “as grandes marcas”, “o poder público”, ou “o sistema”⁸ – elemento que ao não ser devidamente problematizado ganha ares abstratos ou de verdadeiro autômato.

⁷ A Marcha do Imigrante é uma das principais manifestações organizadas pelos integrantes do movimento social pró imigrante e ocorre na cidade de São Paulo desde 2006. Segue a seguir a lista dos lemas das Marchas dos Imigrantes: 1ª Marcha (2006)*: Por um Acordo do Mercosul de Livre Trânsito na América do Sul; 2ª Marcha (2007): Integração, Cidadania Universal e Direitos Humanos; 3ª Marcha (2008): Nossas Vozes, Nossos Direitos, Por um Mundo sem Muros; 4ª Marcha (2009): Por Acesso a Todos os Direitos; 5ª Marcha (2011): Por Nenhum Direito a Menos – Voto Já!; 6ª Marcha (2012): Trabalho Decente e Cidadania Universal; 7ª Marcha (2013): Por uma Nova Lei de Migração Justa e Humana para o Fim da Discriminação; 8ª Marcha (2014): Por um Mundo sem Papeis, Sem Fronteiras e Sem Violência de Gênero; 9ª Marcha (2015): Fronteiras Livres, Não à discriminação; 10ª Marcha (2016): Dignidade para os Imigrantes no Mundo; 11ª Marcha (2017): Pelo Fim da Invisibilidade dos Imigrantes.

*A 1ª marcha foi a única marcha que ocorreu nas proximidades da Praça Kantuta; a partir da segunda edição, as marchas partiram da Praça da República e se dirigiram para a Praça da Sé, localizada na região central da capital paulista. Segundo relato do participante Paulo Iles, a 1ª marcha percorreu apenas um quarteirão adjacente à praça e a visibilidade ficou praticamente restrita aos participantes e alguns poucos transeuntes. Nas marchas seguintes esse número se multiplicou, chegando, na mais recente edição, a 4 mil participantes. Observe que somente a 6ª Marcha faz referência ao tema do trabalho; ainda assim, dividindo espaço como lema da marcha, com o da Cidadania Universal.

⁸ Patussi, em entrevista, ao ser perguntado se os donos de confecção da Coebiveco e da Assempbol têm apoiado a campanha do CAMI de combate ao trabalho escravo, respondeu: Veja, uma boa parte deles, ou uma maioria, é formada por donos de oficinas de confecção em que eles próprios também costuram pra

Diante do exposto, a pergunta que fazemos é a seguinte: em que medida esse posicionamento obnubila o fato de que a própria existência de milhares e milhares de pequenas oficinas de costura vincula-se à manutenção da estrutura dominante ora posta? Por certo que os donos de pequenas oficinas têm ciência de que se a atual regra do jogo for modificada, isto é, se ao invés das grandes marcas que hoje “terceirizam” (ou “quarteirizam”) suas encomendas, passarem a produzir diretamente suas próprias roupas, um número incalculável de estabelecimentos de produção de roupas que atuam irregularmente, simplesmente deixaria de existir. Conseqüentemente, muitos donos de confecção são reticentes a qualquer alteração mais significativa na atual conformação estrutural produtiva do vestuário.

Em que pese as redes do Movimento-Pró-Imigrante e Pró-Trabalho-Digno possuírem de modo semelhante (mas não exatamente coincidente) agentes subalternos do vestuário, o conteúdo simbólico e temático compartilhados em suas redes, assim como o empoderamento propiciado por elas aos dois grupos de donos de confecção e ao grupo de costureiros são divergentes. Enquanto a Alameda se tornou o centro de suas redes, moldando, inclusive, de forma ativa e intencional os significados e as agendas de luta que nelas circulam, a Assempbol e a Coebiveco, a seus turnos, sempre ocuparam uma posição periférica em suas redes e acabaram incorporando parcialmente esses dois elementos de outras organizações⁹. Assim, se como dissemos, a Alameda encabeça o movimento argentino, faz-se mister elucidarmos sobre quais bases sua fundação esteou-se.

vender. No caso da Coebiveco, vendem na madrugada o seu produto. Eu conheço gente lá que trabalha na madrugada das 21:00 até as 7:00; as 7:00 vai comprar o tecido, pra descansar das 12:00 as 16:00; costumam até as 21:00 pra vender o produto lá na rua. Então, como é que você vai falar pra ele de trabalho escravo? Por outro lado, como é que você vai falar algo pra ele: ‘quem vai te ajudar a pagar as suas contas?’ Quem vai te ajudar a sustentar a família? Então, a gente entende que a exploração acontece por causa de um sistema que está montado já! E a única maneira de acabar com essa exploração é acabar com esse sistema! E pra acabar com esse sistema a única maneira é o contrato direto, então a loja que contrata a oficina de costura direto. Que transforma o dono da oficina e os seus funcionários em empregados da loja. Aí a gente quebra a exploração, quebra o intermediário, e quebra o ciclo do trabalho escravo.

⁹ Há, por certo certas diferenças ideológicas entre a Assempbol, a Coebiveco e o CAMI, por exemplo, mas elas são pontuais. Talvez a mais evidente seja a divergência quanto a existência de uma situação de trabalho análogo a de escravo dentro de algumas oficinas de costura irregulares da RMSP. Enquanto o líder boliviano da Assempbol Luis Vasquez pede: “parem de dizer que somos escravos (...); ninguém aqui acha que é escravo. Ninguém está sendo forçado a trabalhar. Os bolivianos podem sair do trabalho quando quiserem. A imprensa não entende isso.” O CAMI não só reconhece tal existência, como realiza seminários contra o trabalho escravo (como o Migração, Violência Doméstica e Trabalho Análogo ao de Escravo” de 26 abril de 2018) como realiza visitas em oficinas de costura para estimular a adequação dos locais de trabalho e enfrentar o trabalho escravo. Por isso mesmo, voltamos a afirmar: o movimento em tela pauta-se essencialmente em questões mais genéricas ligadas aos DHs dos imigrantes.

A Alameda nasceu enquanto um desdobramento de uma das muitas assembleias de bairro que tomaram curso em Buenos Aires no final de 2001 e começo de 2002. Nesse momento, nada que fosse relacionado ao trabalho em costura constava em sua agenda reivindicatória. Assim, a formação das primeiras redes da organização circunscreveram-se politicamente e socialmente neste contexto em que o país *hermano* experimentou expressivo ativismo popular voltado à satisfação de necessidades públicas (tanto materiais como morais) via sociedade civil, isto é, a esfera localizada entre o estado e a estrutura econômica (OUVIÑA, 2002). Neste momento vestibular, a Alameda ainda não possuía uma identidade bem delineada e tampouco desfrutava de uma popularidade junto à sociedade civil argentina. Seus principais parceiros consistiam em integrantes de outras assembleias de bairro de Buenos Aires.

Foi a partir de 2005, após inúmeros bolivianos que almoçavam no refeitório comunitário da Alameda terem informado aos membros da organização sobre a existência de trabalho escravo no entorno, que a bandeira do trabalho digno na costura foi incorporada. Dali em diante, os alamedistas se posicionaram abertamente ao lado dos trabalhadores da costura e contra os donos de confecções irregulares, as grandes marcas do vestuário e os dirigentes do Sindicato Obrero de la Industria del Vestido y Afines (SOIVA) – que afirmam ser “pelegos”.

Aí começou a se desenhar algumas das diferenças mais substanciais entre o Movimento-Pró-Imigrante e o Movimento-Pró-Trabalho-Digno. O movimento subalterno brasileiro concentrou-se originalmente no tema da imigração e o trabalho em confecção acabou sendo, digamos, apenas um de seus desdobramentos. A melhoria das relações e condições de trabalho era vista como apenas mais uma das muitas possíveis na vida dos imigrantes periféricos. O movimento subalterno argentino, por sua vez, nasceu a partir da criação das redes da própria Alameda, que tinha como mote principal acabar com a superexploração a que os costureiros estavam (e continuam) submetidos na Argentina, fossem eles imigrantes ou não. Em outros termos, a imigração nunca foi a pedra angular desse movimento, esse papel foi ocupado pelo trabalho – num primeiro momento, o trabalho circunscrito por apenas certos grupos de trabalhadores subalternos e mais recentemente o trabalho de todos os trabalhadores argentinos.

Com efeito, nos dois últimos anos (2017 e 2018), os maiores esforços da Alameda se deram em favor da construção de uma coalizão nacional entre movimentos sociais e

movimentos sindicais que agregasse trabalhadores informais e trabalhadores formais. Assim, ambiciosa, a proposta atual da Alameda visa a unificação das demandas político-econômicas dos trabalhadores argentinos. Tal inflexão deu-se após a aproximação de Gustavo Vera (presidente da Alameda) com os líderes dos caminhoneiros Hugo e Pablo Maoyano (da CGT dissidente). O cenário político-econômico argentino e o crescimento da rejeição macrista serviram de catalisadores para o ingresso de outras organizações à aliança Alameda-Caminhoneiros: primeiro, uniu-se a ela a CTA-A (gás), depois o Sindicato de Obreros Curtidores (SOC) e, a seguir, o Sindicato/Federacion Grafica Bonaerense (FGB). Entretanto, o passo seguinte, dado em abril de 2018, foi ainda mais arrojado: a criação da Multisectorial 21F, que colocou lado a lado nomes como Gustavo Vera (La Alameda), Hugo e Pablo Moyano (CGT dissidente), Pablo Micheli (CTA Autônomo) e Hugo Yasky (CTA dos Trabalhadores).

Uma vez identificadas algumas das dimensões racionais, simbólicas e morais que permeiam as redes dos movimentos Pró-imigrante e Pró-trabalho-digno, passemos agora a discutir as suas dinâmicas de ações coletivas.

5. Os repertórios de ações coletivas dos dois movimentos

Lato sensu, McAdam, Tarrow e Tilly (2004) dividiram as disputas políticas – fossem elas na forma de movimentos sociais, revoluções, ondas grevistas ou outras quaisquer – em contidas e transgressivas. Tal distinção nos ajudará a lançar luz sobre os repertórios de ações coletivas dos movimentos Pró-Imigrante e Pró-Trabalho-Digno. Entretanto, alguns pontos sensíveis quanto a utilização dos dois conceitos serão por nós sublinhados.

Como genuínos representantes da família teórica do Processo Político, os três autores condicionaram as rotinas de ação dos movimentos sociais – forma específica de ação coletiva que aqui mais nos interessa – a tentativa dos atores coletivos se incluírem na *polity* ou de influenciar seus agentes a fim de obter recursos controlados por ela. Desse modo, a contenção contida seria aquela em que todas as partes envolvidas na disputa política seriam atores previamente estabelecidos, empregando inclusive meios reivindicatórios também estabelecidos. Já a contenção transgressiva ocorreria quando pelo menos uma das partes envolvidas no conflito fosse ator político recém-identificado e/ou pelo menos uma das partes empregasse ação coletiva inovadora. Nos dois casos, a interação deveria apresentar caráter público e coletivo e o governo ser um dos requerentes, o objeto do requerente, ou,

ao menos, uma parte daquilo que está sendo requerido (MCADAM; TARROW; TILLY, 2004).

Nossa perspectiva de movimentos sociais é distinta daquela ofertada pelo trio McAdam, Tarrow e Tilly em *Dynamics of Contention*. Em síntese, mais ampla. Pensamos em MS como como ações coletivas organizadas persistentes e propositivas que visem a manutenção, a alteração parcial ou a superação de estruturas sociais existentes decorrentes de múltiplas motivações, tanto de ordem “racionais puras” (com relação a fins), religiosas, emotivas ou culturais. Dito isso, ao empregarmos a seguir a noção de ações coletivas contidas ou transgressivas, não estaremos falando *necessariamente* de estado enquanto uma das partes envolvidas parcial ou integralmente numa dada disputa ou sequer, ainda, como alvo de demanda – como prevê a TPP.

Esclarecidos estes pontos concernentes ao arcabouço teórico utilizado neste *paper*, passemos a “dar cores” às ações empreendidas pelo movimento social de baixo brasileiro e argentino a que donos de confecção e costureiros integram.

Em seu aproximado um decênio de vida, o conjunto de ações coletivas mobilizadas por intermédio das redes de agentes subalternos da costura da Região Metropolitana de São Paulo e de ONGs ligadas a defesa dos imigrantes, certamente possuíram majoritariamente um caráter contido. A própria fala do líder da Coebiveco, César Coila, em entrevista cedida a nós durante uma das Marchas do Imigrante, é, nesse sentido, reveladora: “a nossa ideia é apenas conscientizar a população brasileira sobre as injustiças que nós imigrantes enfrentamos, como não podermos votar e nem sermos votados apesar de pagarmos impostos; (...) não desejamos incomodar!” Portanto, se essa é a pretensão, empregar táticas de protesto mais agressivas, de ordem pouco ou nada convencional, ou realizar ações públicas sem o prévio aviso e autorização do poder público que venham a interferir na normalidade, não é uma opção para o movimento.

As ações reivindicatórias mais utilizadas ao longo dos últimos anos pelo movimento brasileiro foram as passeatas, os manifestos escritos e divulgados em mídias impressas e eletrônicas, a realização de seminários, palestras, grupos de encontro “conscientizadores” e o *lobby* junto a integrantes dos poderes legislativo e executivo.

Dentre os tantos eventos promovidos pelo e ao longo da trajetória do movimento Pró-Imigrante, ao nosso ver, dois protestos destacaram-se: um de caráter episódico (A Votação Simbólica) e outro rotineiro (Marcha do Imigrante), respectivamente. A Votação Simbólica

ocorreu na Rua Coimbra, no Bairro do Brás, e reuniu ao menos quinze entidades sociais e grupos culturais¹⁰. Em plena feira da Rua Coimbra, uma barraca foi montada em um local central, caixas de som foram dispostas a fim de informar as pessoas que ali passavam sobre as motivações da manifestação. Cédulas contendo nomes dos candidatos à prefeitura de São Paulo foram distribuídas para que fossem preenchidas e depositadas nas urnas disponibilizadas. De longe, era possível ouvir palavras de ordem e visualizar as faixas que tomaram uma das esquinas mais movimentadas do famoso reduto boliviano na cidade de São Paulo. Além disso, panfletos foram distribuídos e assinaturas colhidas para um abaixo assinado em prol de uma nova lei migratória.

A Marcha dos Imigrantes, por sua vez, faz parte das comemorações mundiais do Dia Internacional do Migrante e ocorre em São Paulo anualmente, desde 2006. A última marcha, a de 2017, foi a maior. Ela reuniu mais de quatro mil manifestantes e, diferente das anteriores que localizavam-se na praça da Sé, ocorreu na Avenida Paulista. Durante o evento que sempre apresenta um lema central e outros diversos secundários, imigrantes e simpatizantes seguem um carro de som, dispõem faixas, cartazes e proferem palavras de ordem enquanto caminham. Após chegarem ao destino final, líderes de organizações, políticos e participantes revezam-se ao microfone para deixar mensagens de apoio ao movimento.

O repertório de ação coletiva do movimento Pró-Trabalho-Digno, por sua vez, é bem mais agressivo, amplo e inovador, propondo-se, além de conscientizar e denunciar, também incomodar¹¹. Sendo assim, as manifestações do movimento compreendem tanto aquelas de ordem mais ordinárias como passeatas, marchas, missas temáticas e denúncias públicas, e também aquelas mais agressivas como os escraches, os boicotes, as ocupações de imóveis e as pichações. Assim, este é um movimento que se utiliza em grande medida das contenções transgressivas.

¹⁰ Participaram do ato a Articulação Sul-americana Espaço Sem Fronteiras, Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra, Associação de Residentes Bolivianos, Asociación Latino Americana de Arte y Cultura Andina, Associação Latinoamericana de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Associação Salvador Allende, Associação Paulista de Ajuda ao Imigrante, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, Central Única dos Trabalhadores, Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção, Centro Pastoral do Migrante, Comunidade Paraguaia do Bom Retiro, Grupo Chile Lindo, Instituto do Desenvolvimento da Diáspora Africana no Brasil e Juventude Sem Fronteiras

¹¹ As denúncias não são apenas quanto a uma situação genérica, mas sobretudo a casos concretos como contra donos de confecção que utilizam força de trabalho em condições precárias, contra políticos envolvidos com o proxenitismo, contra policiais envolvidos em a máfia ligada ao tráfico de pessoas etc.

De modo adverso ao do movimento brasileiro, as ações empreendidas por esse movimento são quase sempre episódicas, estimuladas por algum evento ou acontecimento específico¹². Assim ocorreu, por exemplo, com os escraches da rua Florida, no microcentro de Buenos Aires, em frente à loja da Zara¹³; e o da rua Beaucheff, em frente aos estabelecimentos pertencentes ao renomado jurista e ministro da Suprema Corte Argentina, Eugênio Raul Zafaroni, onde ocorria exploração sexual¹⁴, que foram motivados por denúncias de trabalhadores. As ocupações do que viria a se tornar a sede da Alameda (em um antigo bar abandonado) e dos estabelecimentos das empresas Lacar e Soho (que foram fraudulentamente “esvaziadas” por seus donos que buscavam lavar dinheiro), também foram ações episódicas. As pichações em fachadas de prédios ocorrem geralmente concomitantemente com os escraches a oficinas irregulares, a lojas de marcas envolvidas em trabalho escravo e a ocupações de prédios que estão em disputa entre trabalhadores e empresários.

6. Algumas das conquistas dos subalternos

As alterações no universo simbólico que circunscrevem o fenômeno da imigração e do trabalho em costura nas sociedades paulistana e portenha, promovidas pelas ações dos dois movimentos, são difíceis de serem mensuradas, ao menos com certo grau de acuidade. Portanto, qualquer tentativa de apresentar um balanço referente aos resultados da atuação dos dois movimentos sociais em tela nesse sentido, em tão poucas linhas, seria no mínimo um descuido de nossa parte. Assim sendo, ao invés disso, iremos elencar a seguir algumas das principais conquistas que, na falta de uma expressão melhor, chamaremos de “materialmente mais tangíveis”.

No caso do movimento Pró-Imigrante, a maior conquista deu-se no plano legal. Após anos de intensa militância nas ruas e no congresso a favor da substituição da lei 6.815/1980, denominada Estatuto do Estrangeiro, por uma lei mais adequada à Constituição Cidadã de 88 e aos dispositivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no início de 2017 foi

¹² A exceção aqui são as missas realizadas anualmente em parceria com a arquidiocese de Buenos Aires em prol das vítimas do trabalho escravo, do tráfico de pessoas e do proxenetismo.

¹³ Cf. <https://laalameda.wordpress.com/2013/03/27/escrachamos-a-la-marca-zara-por-esclavista-la-noticia-llego-a-espana/>.

¹⁴ Cf. <https://laalameda.wordpress.com/2011/12/08/escrache-al-prostibulo-garantia-de-los-departamentos-del-juez-de-la-corte-suprema-zaffaroni/>.

sancionada a Nova Lei de Migração. A antiga lei que dispunha sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regulava a sua entrada e estada no País e estabelecia os princípios e diretrizes para as políticas públicas, para o imigrante havia sido criada durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira e no contexto da guerra fria e, portanto, sua arquitetura interna pautava-se pelo paradigma de segurança nacional e buscava munir o Estado com mecanismos de punição e ejeção a qualquer imigrante contrário ao regime ou que, por outra razão qualquer, fosse considerado indesejável. A Nova Lei, apesar de ter sofrido alguns vetos em questões importantes, representou inegavelmente um grande avanço à sua antecedente, tanto em pontos específicos como e seu tom geral, agora norteado pelos Direitos Humanos. O direito ao sufrágio e a elegibilidade de imigrantes residentes continuaram de fora da Nova Lei, mas em contrapartida eliminou-se, com ela, a proibição existente de imigrantes participarem de manifestações políticas e de se organizarem em sindicatos.

A segunda (assim como a terceira) ocorreu no âmbito do poder executivo municipal, com a criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) na cidade de São Paulo e, juntamente com ela, o lançamento de uma Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente. De acordo com o site da Prefeitura de São Paulo, o objetivo desta última “é articular as políticas públicas migratórias no município de forma transversal, intersetorial e intersecretarial, uma proposta pioneira na cidade e no país. Criar e implementar políticas municipais para migrantes e de enfrentamento à xenofobia”¹⁵. Os participantes do movimento Pró-Imigrante não apenas ajudaram a idealizar a Secretaria e a Coordenadoria como assumiram cargos de confiança na prefeitura do então prefeito Fernando Haddad: Paulo Iles (do CDHIC) se tornou Coordenador de Políticas para Migrantes de São Paulo e a acadêmica e militante Camila Baraldi se tornou a coordenadora adjunta da Coordenadoria de Políticas Públicas para Imigrantes da prefeitura.

A terceira foi a criação da cadeira de Conselheiro Extraordinário do Conselho Participativo Municipal para imigrantes, por meio do Decreto nº 54.645. Como informa a Prefeitura, o Conselho Participativo Municipal é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como espaço consultivo e de

¹⁵Cf.

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/coordenacao/index.php?p=156223

representação da sociedade. Sua função é exercer controle social e assegurar a participação da sociedade no planejamento e fiscalização das ações e gastos públicos nas regiões, como também propor ações e políticas públicas nos territórios. Dessa forma, as subprefeituras que apresentavam ao menos 0,5% de estrangeiros compondo sua população total puderam usufruir de uma vaga de conselheiro. Ao todo foram vinte conselheiros extraordinários eleitos. Luís Vasquez, boliviano, ex-líder da Assemblé, tornou-se o representante legal estrangeiro da subprefeitura da Mooca, tendo sido o mais bem votado entre todos: quase o dobro de votos com relação ao segundo conselheiro eleito mais bem votado, Cheung Kawai, pela Sé (GUIRADO, 2014).

As conquistas relacionadas às atividades do movimento Pró-Trabalho-Digno se deram em frentes ainda mais variadas que a do movimento Pró-Imigrante. No plano legal, a pressão social exercida pelos seus ativistas tiveram um importante papel na aprovação em 2008 da lei 26.364, conhecida como Ley de Prevención y Sanción de la Trata de Personas y Asistencia a sus Víctimas, e nas modificações desta trazidas por lei superveniente (26.842 de 2012), que tornaram ainda mais rígidas as punições contra práticas criminosas envolvendo ganhos advindos da corrupção de menores, da prostituição, da escravidão ou da servidão, da subtração, da manutenção, da ocultação ou do tráfico de pessoas. Dentre as previsões legais mais importantes da *Ley de Trata* e que vêm sendo sistematicamente empregadas pelo poder público argentino estão a aplicação de multas e o confisco de bens móveis ou imóveis empregados em qualquer uma das práticas descritas acima e a utilização dos mesmos em favor de programas de assistência à vítima¹⁶

No campo específico da costura, conseguiu-se judicialmente a recuperação de empresas como Lacar e Soho que haviam sido “esvaziadas” por seus donos. O esvaziamento é uma prática comum na Argentina e no caso das duas empresas mencionadas, constatou-se que elas utilizavam trabalho escravo em etapas do processo produtivo de suas roupas, e que além disso os proprietários sacaram os ativos das empresas, fraudaram uma situação de perdas e deixaram as empresas em situação deficitária até

¹⁶ A lei 26.842 de 2012 alterou o *Código Penal de La Nación Argentina*. No caso de condenação imposta por qualquer dos crimes previstos nos artigos 125, 125 bis, 127, 140, 142 bis, 145 bis, 145 ter e 170 deste Código, está incluído entre os bens a serem confiscados o bem móvel ou imóvel onde a vítima foi mantida privada de sua liberdade ou objeto de exploração. Os bens confiscados com a finalidade de tais crimes, de acordo com os termos deste artigo, e o produto das multas que são impostas, serão afetados aos programas de assistência à vítima.

ocasionarem intencionalmente as suas quebra. Nem os trabalhadores receberam seus direitos rescisórios, o governo os impostos devidos ou os fornecedores aquilo que deveriam receber por direito. Assim, a situação foi levada pelos trabalhadores –conjuntamente com a Alameda, com cooperativas de catadores e com trabalhadores de outras fabricas recuperadas – a juízo.

Em 2009 foi criado o Polo Têxtil, com o apoio do INTI (Instituto Nacional de Tecnología Industrial)¹⁷; o Ministério de Desarrollo Económico de la Ciudad de Buenos Aires; a Corporación Buenos Aires Sur; o Ministério de lo Desarrollo Social de la Nacion e também da Fundação La Alameda. A criação do polo visou intervir no setor de confecções por meio da criação de um espaço físico centrado no desenvolvimento sustentável de cooperativas de costura recém-criadas, em sua maior parte compostas por imigrantes vítimas de trabalho escravo. Assim, as recém-criadas cooperativas obtiveram um espaço físico, receberam, em regime de comodato do governo municipal, máquinas apreendidas em fiscalizações para o desenvolvimento de suas atividades produtivas e ganharam um curso de formação em gestão comercial e de negócios específico para costureiros agrupados em cooperativas. Subsequentemente, a administração municipal tomou o Polo Têxtil como modelo de produção e comercialização sustentável para micro, pequenas e médias empresas do vestuário de Buenos Aires. Dali o Estado passou a tirar os parâmetros de preço das várias tarefas realizadas dentro de uma oficina como, tomada de molde, corte, costura, bordado, abotoado, incluindo a feitura de apetrechos, impressão, engoma, controle de qualidade, etc.

No campo político, Gustavo Vera (presidente da Alameda) foi eleito deputado da Cidade Autônoma de Buenos Aires, em 2012, pela frente ampla UNEN. Após romper com a UNEN, em setembro de 2014, Gustavo Vera juntamente com outros políticos dissidentes e militantes do Movimento-Pro-Trabalho-digno criaram o partido político Bien Comum. Basicamente, o partido é uma expressão da rede de relações que tem no centro a Fundação Alameda. Os componentes que integraram da mesa de apresentação do partido são reflexo dessa afirmação: estavam presentes, Ezequiel Conde (líder da Soho e presidente da Fecootex¹⁸), Alicia Montoya (representante da Cooperativa de Catadores Álamo), Lucas

¹⁷ O INTI é uma autarquia controlada finalisticamente pela Secretaria de Indústria, Comercio y de la Pequeña e Mediana Empresa, que tem como objetivo oferecer apoio técnico à indústria argentina mediante a investigação e o desenvolvimento de novas tecnologias e a aplicação das já existentes.

¹⁸ Fecootex é uma Federacao de Cooperativas Têxteis criadas pelos integrantes do Movimento-Por-Trabalho-Digno.

Schaerer (jornalista e membro da La Alameda), Gustavo Vera (Deputado e presidente da Alameda), o então deputado Pablo Bergel (que em 2001, conheceu Vera na Assembleia 20 de Diciembre) e Mario Ganora (defensor público e vice-presidente da Alameda).

Ainda no âmbito nacional, recentemente, em 2018, o movimento Pró-Trabalho-Digno juntou forças com a CGT (dissidente) de Hugo e Pablo Moyano e criaram, com o apoio de Pablo Micheli (CTA Autônomo) e Hugo Yasky (CTA dos Trabalhadores), a Multisectorial 21F. O novo movimento de movimentos destina-se a agrupar os interesses de todos os trabalhadores argentinos frente à política econômica neoliberal do governo de Mauricio Macri.

Internacionalmente, o movimento deu seu primeiro voo em 2009, por intermédio da Alameda, quando esta firmou uma parceria com a cooperativa tailandesa a Dignity Return. Pouco tempo depois, uniram-se a elas as cooperativas Defend Job, das Filipinas, a 100% Obreiro, da Indonésia, e a Associação de Mulheres Trabalhadoras de Hong Kong. Desse momento em diante, os trabalhadores e militantes argentinos passaram a lutar lado a lado com outros da Ásia pela dignidade no trabalho na costura onde quer que seja. Dessa reunião de cooperativas nasceu a marca internacional No Chains com o slogan: “um grito costureiro global para erradicar o trabalho escravo e a exploração na indústria do vestuário”. De acordo com seus idealizadores, esta seria a primeira marca global certificadamente livre de trabalho escravo, já que todas as roupas são feitas pelos próprios membros das cooperativas e, sendo assim, a linha produtiva é integralmente controlada.

Conclusão

Conforme o que fora até aqui apresentado, a integração desigual de diferentes países na economia global associada à reestruturação produtiva da costura internacional criaram as condições perfeitas para a reprodução das pequenas oficinas de confecção irregulares e da contratação de um enorme contingente de costureiros informais, em grande parte imigrantes indocumentados, em diversos centros urbanos do mundo. Nesse contexto, os sindicatos do setor perderam força e formas alternativas de organização emergiram. Assim ocorreu com a Assempbol, com a Coebiveco e com a Alameda.

Em certos casos, tais organizações formadas pelos elos inferiores da cadeia produtiva do vestuário – donos de pequenas oficinas e costureiros – teceram redes de solidariedade

com outras entidades da sociedade civil e passaram a realizar ações públicas, coletivas, persistentes e propositivas – o que aqui chamamos de movimentos sociais de baixo.

A partir daí, identificamos que não somente as três coletividades possuem posições diferentes no interior dos dois movimentos a que fazem parte, como indubitavelmente há uma distinção significativa entre eles. Enquanto a Assemblé e a Coebiveco dispuseram-se periféricamente nas redes que compõem o movimento Pró-Imigrante, a Alameda dispôs-se centralmente nas redes do movimento Pró-Trabalho-Digno. Ademais, ao passo em que o primeiro movimento pautou suas ações pela tentativa de aprimorar todo o universo que engloba a vida dos imigrantes na sociedade brasileira, o segundo teve como norte inicial a melhoria das relações e condições na costura, o combate à exploração sexual e ao tráfico de pessoas e, posteriormente, com o passar dos anos, a unificação dos interesses de todos os trabalhadores argentinos frente ao governo nacional argentino.

Por fim, procuramos demonstrar por meio das conquistas aqui apresentadas pelos dois movimentos que mesmo *vis-à-vis* a um contexto amplamente restritivo, a potencialidade contingente do desenvolvimento de ações coletivas e, conseqüentemente, também de repertórios de ação mais ou menos transgressivos, por parte dos grupos subalternos da costura brasileira e argentina permanece no horizonte.

Referências:

BEVINGTON, D. & C. Dixon. **Movement-relevant theory: Rethinking social movement scholarship and activism**, *Social Movement Studies*, vol. 4, no. 3, 2005, pp. 185–208.

BONACICH, E; APPELBAUM, R. **Behind the label: inequality in the Los Angeles apparel industry**. Berkeley: University of California Press, 2000.

BRAGA, R; SANTANA, M. **Sociologia pública: engajamento e crítica social em debate**. *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.56 [cited 2018-09-20], pp.223-232

CCC (Clean Cloath Campaign), **Clean Clothes Campaign, Europe's Sweatshops**, November 2017, disponível em <https://cleanclothes.org/livingwage/europe/europes-sweatshops>

COX, L. **Building counter culture: The radical praxis of social movement milieux?**, Ph.D. dissertation, Trinity College, Dublin, 1999.

COX, L. **Six movements in search of a social basis**, 1995. Paper available online at www.iol.ie/~mazzoldi/toolsforchange

COX, L; NILSEN, A. **We make our own history: Marxism and social movements in the twilight of neoliberalism**. London, Pluto Press. 2014

- COX, L; NILSEN, A. **We make our own history**. London: Pluto Press, 2014.
- EYERMAN, R.; JAMISON, A. **Social Movements: A Cognitive Approach**. Polity Press. 1991.
- FLACKS, R. **Knowledge for what? Thoughts on the state of social movement studies**, IN J. GOODWIN, J; JASPER, M. (eds.) **Rethinking Social Movements: Structure, Culture and Emotions**, 2004, pp. 135–53.
- GREEN, Nancy. **Ready-to-wear and ready-to-work: a century of industry and immigrants in Paris and New York**. Duke University Press, Durham & London, 1997.
- HAMMER, N. et al. **New Industry on a Skewed Playing Field: Supply Chain Relations and Working Conditions in UK Garment Manufacturing Focus Area - Leicester and the East Midlands**. University of Leicester, 2015
- JASPER, M. **The Art of Moral Protest: Culture, Biography and Creativity in Social Movements**, University of Chicago Press, 1997.
- LIGUORI, G. **Tre accezioni di “subalterno” in Gramsci**, *Critica marxista*, 6, 2011, p.33–41
- MCADAM, D; TARROW, S; TILLY, C. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- MONTERO, J. **Los “talleres clandestinos” y el funcionamiento de la industria de la indumentaria: El gobierno de la cadena productiva**. 2016 Disponible em <http://www.mpf.gob.ar/protex/files/2016/05/Talleres-clandestinos-Montero.pdf>. Acceso: septiembre de 2016.
- NILSEN, A. **“The authors and the actors of their own drama”:** towards a Marxist theory of social movements. *Capital & Class*. n. 99, 2009. p.109-39.
- OUVIÑA, H.. **Las asambleas barriales y la construcción de lo “público no estatal. La experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires**. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2002.
- RAY, P; PEEPERCAMP, M. **Labour without liberty: Female migrant workers in Bangalore’s garment industry,**” Report Clean Clothes Campaign, India Committee of the Netherlands, and Garment Labour Union, January 26, 2018: <https://cleanclothes.org/news/2018/01/resources/publications/labour-without-liberty-2013-female-migrant-workers-in-bangalores-garment-industry-full-version-1>